

---

# A QUEDA TENDENCIAL NAS TAXAS DE LUCROS E A GRANDE INDÚSTRIA NO ABC PAULISTA NOS ANOS 90

## FALL OF TREND IN THE RATE OF PROFIT AND THE GREAT INDUSTRY IN THE GREAT PAULISTA ABC IN THE 90S

Cecília Cardoso Teixeira<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** Esse artigo pretende esquadrihar as relações entre inovações produtivas, adquiridas a partir dos anos 80-90 com vistas à elevação das taxas de acumulação por parte das empresas automobilísticas e correlatas, situadas no ABC Paulista. Versaremos sobre as mudanças geográficas ocasionadas à época da implementação dessas novas estratégias produtivas no setor automotivo e que podem auxiliar na explicação dos recentes acontecimentos vividos por esse setor como o fechamento das plantas da Ford e da Volkswagen de São Bernardo do Campo.

**Palavras-chave:** Lucro. Acumulação. Urbano. Toyotismo. Região.

**ABSTRACT:** This article intends to scan the relationship between productive innovations, acquired from the years 80-90 with views to high accumulation rates for automobile and related companies located in the greater ABC. We'll see about the geographical changes caused by the time of the implementation of these new production strategies in the automotive industry and that can assist in the explanation of recent events experienced by this sector as the closing of plants of Ford and Volkswagen of São Bernardo do Campo.

**Keywords:** Profit. Accumulation. Urban. Toyotism. Region.

“Quando o neoliberalismo era um fenômeno politicamente menosprezado e marginal, durante o grande auge do capitalismo dos anos 50 e 60, parecia ao consenso burguês daquele tempo inconcebível criar desemprego de cerca de 40 milhões de pessoas nos países ricos, sem provocar transtornos sociais; parecia impensável redistribuir renda abertamente, em alta voz, dos pobres aos ricos, em nome do valor da desigualdade; parecia inimaginável privatizar

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professora do curso de Geografia do Centro Universitário de Santo André – SP. E-mail: cilicardoso@uol.com.br.

Artigo recebido em abril de 2019 e aceito para publicação em junho de 2019.

não somente o petróleo, mas também a água, a receita, hospitais, escolas e até prisões(...). Nenhuma instituição, por mais consagrada e familiar, é, em princípio, intocável. A paisagem institucional é muito mais maleável do que se crê”. (ANDERSON, 1995; p.198-9)

A posição de entendimento trazida nesse comentário de Perry Anderson sobre as políticas sociais e o Estado democrático permite introduzir parte da pesquisa realizada entre os anos 2003 e 2008 sobre as transformações geográficas ocasionadas à época da implementação de novas estratégias produtivas no setor automotivo e que podem auxiliar na elucidação dos recentes acontecimentos vividos por esse setor como o fechamento das plantas da Ford e da VolksWaghen de São Bernardo do Campo enquanto peça do projeto de reestruturação global dessas marcas.

Tomando por referência a fase da mundialização do capital, buscamos aqui esquadrihar as relações entre inovações produtivas adquiridas com vistas à elevação dos lucros das empresas automobilísticas e atividades derivadas, com as transformações delas decorrentes no ordenamento territorial do ABC paulista, assim implementadas para permitir seu máximo êxito. Em outras palavras, avaliaremos as formas geográficas que tomaram essa perspectiva geral do capital fabril, quando introduzidas no âmbito local e, em específico, o pólo industrial a que nos referimos.

Entretanto, não se trata de um levantamento exaustivo e pormenorizado sobre unidades fabris, fatores produtivos ou equipamentos urbanos. Nossa intenção constitui simplesmente refletir sobre as vicissitudes desse processo ainda em curso, a fim de especular sobre o que podemos dele esperar, ou seja, o que há por vir. Pretendemos incidir sobre os elos entre o que se generalizou como norma de conduta para que o setor se mantenha no quadro internacional e as formas específicas que se objetivam em caráter permanente nas diversas geografias, entre as quais àquela que se condensa no ABC.

Na medida em que a história do capitalismo permite identificar certas durações em que convergem atributos comuns, capazes de tipificar um mesmo arranjo de relações internacionais de produção e comércio, evidentemente, ancorados em bases produtivas internas e próprias a cada formação nacional, tivemos entre 1880 e 1913, o percurso hegemônico do imperialismo entendendo-o como objeto da disputa entre Estados a partir da introdução “indústria moderna”.

Assim sendo, da produção em larga escala que vislumbra ampliar-se indefinidamente, combinada às instituições de créditos que permitam a centralização do capital, assistimos à instauração de monopólios e o acirramento concorrencial. Produção em série, ampliada e dirigida à escala mundial, e, capital produtivo somando e aliando forças ao financeiro.

Outra dessas durações em que são remodeladas as relações produtivas e de reprodução social, seguiu um curso de mais de trinta anos entre reconstituição e reafirmação econômica, política e diplomática após o segundo conflito mundial. Testemunha-se o período fordista ou a idade de ouro como alguns a denominam, porque de grande crescimento e que tem seu ápice no amadurecimento de um aparato de arbitragem das mesmas relações internacionais, das quais ressurgem instituições fortalecidas, como sindicatos e o próprio Estado social. De sorte, uma nova fase gestada pela perspectiva neoliberal e que, a partir dos anos 1980, trouxe peculiaridades as quais nos deteremos com maior afinco.

Sendo assim, iniciamos com a exposição dos principais elementos que identificam esse andamento, ou seja, as características das quais emergiram os termos e definições que hoje são usualmente utilizados para delinear e referir mais uma das fases pelas quais passa a acumulação capitalista.

## **1 OS ANOS 80 E AS PALAVRAS DE ORDEM: GLOBALIZAÇÃO, JUST IN TIME, ADAPTAÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO, DESREGULAMENTAÇÃO, ESTOQUE ZERO**

Pensando sobre os anos 1980, não há como revisitá-los sem considerar os resultados promovidos pela crise mundial do petróleo na década anterior, sobretudo, quando voltamos a uma sociedade cuja matriz energética e produtiva é por ele representada. Como é sabido, dele se retira tanto as bases para matérias-primas de diversos produtos, como significa a própria fonte de energia empregada no processo produtivo.

A localização e apropriação de reservas, as possibilidades financeiras e de técnicas de prospecção, os agentes interessados em cada uma das atividades envolvidas em suas etapas, o direito de dispor de tecnologias relativas aos seus subtipos físico-químicos e a seus derivados, o manejo de circulação e de distribuição por empresas de navegação, enfim, não há como desconsiderar os efeitos dessa crise sobre a variedade de ramos de trabalho e de acumulação. Estado e capital privado se mostram numa relação paradoxal porquanto catastróficos e pujantes.

Quando se trata da produção industrial forja-se um verdadeiro cabo-de-guerra provocado pelas tensões entre ter e obter este insumo, seja em reservas alhures para extrair ou negociar, ou naquelas pertencentes a uma determinada jurisdição; seja com capital nacional ou de origem estrangeira envolvidos na repartição de mercados e/ou de tarefas, como a fabricação de derivados; ou mesmo com atividades correlativas como a pesquisa, a sondagem, a distribuição, a circulação e o refino. A importância desse recurso ultrapassou em muito o papel de qualquer outro, até então, especialmente no desenvolvimento da indústria.

Da atmosfera de disputas, a coordenação da produção geral de mercadorias passou por transformações resultantes da entrada da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) na cena internacional de produção e do comércio, exprimindo notória força política nas dinâmicas econômicas orquestradas pelo estado norte-americano e pelas empresas de origem europeia e canadense. Assim, as negociações internacionais incorporaram elementos originais, tomando medidas preventivas ou conciliatórias em relação aos países integrantes daquela organização, como também acordos bilaterais ou estabelecidos entre EUA e países europeus, concatenados numa mesma postura política e econômica.

Entretanto foi ainda mais assustadora, a força de autonomia frente aos diferentes cenários políticos e econômicos com que se habilitaram os capitais financeiros diante do conjunto da produção propriamente dita. Independente dos resultados totais se mostrarem ou não em expansão, – alcançados na confecção de bens, com os investimentos e comercializações –, seus rendimentos nutriram-se de modo invariável em distintas circunstâncias:

“É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social da riqueza. Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e de seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento de investimento, ou do PIB (inclusive dos países da OCDE), ou do comércio exterior.” (CHESNAIS, 1996; p. 15)

Esse fato pode ser explicado pelo artifício que Chesnais denomina “inflação do valor dos ativos”, ou seja, um tipo de formação de capital fictício, gerado pelos ganhos obtidos com os serviços das dívidas públicas sobre a composição orçamentária dos estados, e por isso possui grande abrangência e relevância.

“O nível de endividamento dos Estados perante os grandes fundos de aplicação privados (os “mercados”) deixa-lhes pouca margem para agir senão em conformidade com as posições definidas por tais mercados (...) salvo que questionem os postulados do liberalismo.” (CHESNAIS, 1996; p. 15)

Diante da intensificação da atuação dessa modalidade do capital e dos evidentes rendimentos conquistados, a banca financeira se posicionou como protótipo para as demais atividades, impingindo regras e formas de ação cuja inobservância poderia culminar num processo de falência de empresas em face daquelas que as adotassem. Cabe lembrar as alterações nas estratégias seguidas pelos grandes grupos industriais que, na incessante busca por valorização, tendem a alinhar-se às condutas dos ritmos de liquidez financeiros, sacrificando a força de trabalho por meio à elevação da produtividade em nome desta meta:

“Todas as virtudes atribuídas ao “toyotismo” estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do Banco Mundial), o direito de organização sindical.” (CHESNAIS, 1996; p. 17)

Nessa direção, a querela por melhores condições de vida e de trabalho para a reprodução social por meio a inserção de inovações, mostrou-se inoperante. A implementação dessas transformações tão logo apontou incompatibilidade com o intuito de permitir um maior grau de distribuição dos ganhos entre classes trabalhadoras. Em realidade, esse tipo de ação demonstrou uma espoliação trabalhista sobre bases de maior envergadura.

Assim, parece que os caminhos pelos quais foi evoluindo a economia mundial, levaram ao uso do termo globalização como dado irrefutável que justifica a correlação, há muito presente, entre estados nacionais e capitais. Esse adjetivo que predica os tempos atuais, surgido nos e para os cursos de Administração de Empresas (originariamente nos EUA e depois disseminado por outros países), estrapolou os limites deste campo de trabalho.

Alastrando a missiva de que, ao contar com o desenvolvimento da telemática, das redes em satélites, entre outras aquisições tecnológicas somadas a instrumentos internacionais de reorganização econômica, seria permitida em qualquer ponto do mapa, a afluência de capitais. Qualquer região, desde que dispusesse internamente de condições atrativas à produção fabril, atividade agropecuária, extrativa ou financeira, faria abonar deslocamentos e aplicações.

Em outras palavras, a partir dos anos 80, constaria como princípio norteador para a acumulação, as garantias, por parte do poder público, de remoção de quaisquer impedimentos à ação do capital, sobre as mais diferentes e inauditas localidades, e, portanto, a premência de reordenar suas investidas.

Em termos mundiais, surgiu um horizonte aparentemente conciliatório entre corporações de origem europeia, norte-americana e nipônica, em que entraves menores (como discussões sobre cotas e taxas de importação) sucumbiram-se aos interesses por elas compartilhados, o que de certa forma suscitou a formação de instituições, do mesmo modo, mundializadas. Mundo sem fronteiras, empresas sem nacionalidade contando com políticas coercitivas de ingerência global, mas que imediatamente encontraram resistência nas bancadas regentes (G7, operadores financeiros, etc.). Estamos diante das oposições inerentes às frações capitalistas, que apesar de entreverem o mesmo objetivo basilar, têm seus caminhos interpenetrados por táticas excludentes, por vezes obstruindo sua efetuação.

Vale a pena advertir que o conjunto de argumentos implicados no discurso da globalização e da mundialização não emerge sem motivação. Ao contrário, este discurso

traduz justamente a necessidade de normatizar a liberalização excessiva (até mesmo para os neoliberais) acarretada pelo pós-guerra. Fundamenta-se, a seus defensores, como um momento propício na história para retomar e avaliar as condições gerais da economia, seus problemas e questões. Mas também é arquitetado como um ideário ético, político e econômico, dos direitos, deveres, alcances e limites a que cada grupo tenha de responder, no quadro das relações comerciais e de investimentos.

Entretanto, quando se trata de coibir a acumulação privada, encontramos todo tipo de resistência por parte do empresariado, fazendo valer, uma vez mais, sua força política. As exceções às novas regras colocam em plano secundário as conseqüências de suas formas de atuação para que se concluam as metamorfoses pelas quais passa o ciclo do capital.<sup>2</sup>

Dentro dessa perspectiva de cooperação, as mencionadas adaptações dirigem-se exclusivamente à organização do trabalho. Para que se efetivem as conversões entre as modalidades das aplicações privadas, ocorre uma série de imposições e compromissos aos trabalhadores dos quatro cantos do mundo, transformando quando necessário as divisões territoriais do trabalho, e, portanto, a geografia dos lugares.

Daí averiguarmos na grande imprensa, discussões sobre os posicionamentos oriundos do deslocamento das fábricas, seja de unidades inteiras, de um de seus setores, ou da desativação de uma das componentes produtivas, conferidos por esse pacote de inovações denominado “adaptação”. Diante desse matiz financeiro, a acumulação flexível a que se referiu David Harvey (1980) também impetrou a reorganização dos investimentos setoriais da divisão automotiva instalada no ABC paulista.

A partir dos anos 70, o quadro de relações capital-capital e capital-trabalho consolidou corporações cujas bases fusionadas potencializaram e aprofundaram as condições de concorrência entre oligopólios, independentemente do tipo específico de produção a que se dedicavam. A tais circunstâncias somaram-se os diversos benefícios que a dispersão territorial, como nunca, lhes ofereceu. Em consequência das ações coordenadas de reprodução e de controle por meio da complementaridade fabril, comercial e de serviços, foi reforçada a redefinição de investimentos públicos e por consequência, a negociação com empreendimentos nacionais de menor porte, e ainda, os redirecionamentos quanto à especulação imobiliária. Nesse sentido, fica a cargo dos órgãos de planejamento definir o âmbito de participação próprio a cada patamar da esfera pública, na política de desenvolvimento adotada, dirigindo as opções em meio às vantagens de localização, assim fazendo restrições em detrimento de alguma prerrogativa que não possa ser suprimida.

Estamos tratando de um conduto geral<sup>3</sup>, ou seja, de uma orientação produtiva e financeira que se estabeleceu na esfera mundial e de cujo contexto não escapou o polo industrial do ABC. Isso porque a generalização das indústrias reformou a divisão internacional do trabalho pretérita, em função da introdução de novas atividades urbanas requeridas pela especialização, radicada na produção e no escopo, continuamente presente, de elevar as taxas de lucros, sobretudo por parte do grande capital.

NOTA Importante ressaltar que a partir dos anos 1980, o Toyotismo ou a chamada Flexibilização como forma estratégica de minimizar a queda tendencial de remuneração dos capitais produtivos privados sobretudo o automotivo, chegam ao Brasil via redes bancárias, isto é, essas são as primeiras a adotar a informatização de suas atividades ao que se seguem diversas ações por parte do setor produtivo propriamente dito, acarretando entre outros resultados, o desemprego, a desregulamentação e a terceirização de atividades.

Convém destacar cinco aspectos imbricados na envergadura de tais corporações. Primeiramente, chama atenção a extensão da escala de operações que estas empresas recobrem, – matérias-primas, bens intermediários e finais–, considerando a variedade de produtos

e serviços que oferecem e de que necessitam. Em segundo lugar, a multifuncionalidade desses grupos, ou seja, a concatenação concentrada não somente no plano horizontal como também vertical, desempenhando-se em diversas seções de atividades. Um terceiro aspecto diz respeito à segmentação hierárquica dentre unidades fabris, porquanto a deliberação de suas devidas aptidões na direção de desenvolver o processo acumulativo. Temos com isso, uma espécie de classificação, em que se definem categorias de importância subdivididas entre líderes, intermediárias, atrasadas, de suporte, etc.

Um quarto aspecto a mencionar são as alternativas locais determinadas pelos custos diferenciais entre fatores produtivos, conectados com as alterações na divisão territorial e escalar que a própria corporação causou. E, por fim, um último ponto há muito presente nas relações internacionais de produção e comércio e que só vem se intensificando, referente à acuidade de ação que essas corporações passaram a comportar. Isto é, assistimos ao aumento de seu poder de barganha em pressionar, exigir, impingir os rumos e destinos quanto às transformações que lhes aprovarem, nas dinâmicas da economia política local, regional e mundial contemporânea.

Assim sendo, surge como dado fundamental à ampliação da extensão de sua atividade, o potencial relacionado à fluidez geográfica desses empreendimentos, imediatamente incorporados às plataformas políticas de gestão territorial, a fim de não ofertar nenhum tipo de resistência ou entrave. Basta nos determos ao “liberal produtivismo” aludido por Lipietz (1988), em que um dos pontos basilares por ele levantados, assenta-se sobre a tática de promover o *just in time*.

Como mencionamos, assentir às adaptações que essas corporações recomendam supõe uma série de condições, entre as quais, o *just in time*, que rompe com a noção de se manterem estoques de bens intermediários sem antes ter confirmada sua saída. Em outras palavras, o objetivo passa a ser produzir em fluxo intensivo, tão-somente quando acertada a demanda requerida, ou seja, a encomenda propriamente dita.

Em certo sentido, parece estranho que essas empresas consigam organizar-se sob esses novos moldes. O montante de produtos a que habitualmente se dedicam, não pode ser inferior ao das demais empresas, tampouco às quantidades normalmente demandadas, sem contar com alguma margem de segurança, sob pena de perderem posição no comércio exterior. Pois bem, parece mesmo ser esta a significação da inovação porque determina alterações na cadeia de atividades com as quais se relaciona, formando uma geografia ulterior de ritmos totalmente distintos da precedente. De outro lado, gera-se uma limitação nos estoques de produtos finais, descartando ou diminuindo um conjunto de tarefas, de trabalhadores e de locais apropriados a sua armazenagem, seja qual for o artigo.

Esse escopo conduz ao estreitamento dos prazos de entrega, abreviando o andamento entre capital de giro e faturamento. São esses os procedimentos que têm sido apregoados como mais previdentes e adequados, a fim de atenuar riscos com prováveis danos financeiros e amenizar os efeitos da tendência de arrefecimento nas taxas de lucros.

Afora esse fato, a flexibilização produtiva que vem a se somar, afirma a premência de criar e adotar equipamentos capazes de executar na linha industrial um maior número de tipo de produtos, e, conseqüentemente, usurpar com intensidade dilatada, o trabalho de seus operadores. No entanto, nada disso poderia se verificar sem a colaboração dos meios eletrônicos que permitem compartilhar responsabilidades, repartindo os encargos referentes à comercialização com as franquias e o comércio varejista. Esclarece Chesnais, a “telemática”:

“surgiu da convergência entre os novos sistemas de telecomunicações por satélite e a cabo, as tecnologias de informatização e a microeletrônica.(...) As grandes empresas e instituições financeiras e bancárias dispõem atualmente de redes mundiais privadas de telecomunicações(...) permite a extensão das relações de terceirização(...)” (CHESNAIS, 1996, p. 28)

Para atrair o interesse do empreendedorismo privado e ocupar posição privilegiada neste disputado páreo de ofertas, os lugares devem ser equipados corretamente, seguindo o curso dos acontecimentos, reinserindo-se como mercadorias. Em outras palavras, para atuar como chamariz, esses locais devem conter os quesitos necessários e suficientemente atrativos para a produção, comercialização, ou como pontos de passagem ou de intermediação, firmando-se como objetivação local das táticas perseguidas por aqueles propósitos.

“Os grupos do setor industrial (...), as cadeias de lojas de departamentos ou hipermercados podem se abastecer de bens de consumo padronizados onde forem mais baratos, até muito longe, se for o caso. Eles estabelecem seus próprios contratos de terceirização com produtores locais e comercializam os produtos sob suas próprias marcas (...)” (CHESNAIS, 1996, p. 28)

De tal sorte, as localidades onde se produzem insumos e mercadorias representam a base geográfica de que emanam sua fatível progressão. Para tanto, em algum momento próximo ou distante do centro de decisões das corporações, apuram-se as condições dos atributos locais com que àquelas podem contar.

Entretanto, cabe aqui uma ressalva quanto ao teor qualitativo das territorialidades recriadas por essa orientação econômica – que de forma genérica denominamos passagem do modelo fordista-taylorista ao toyotista. Os fenômenos que descrevemos, longe de revelar em si mesmos o que está em processo, devem ser aprofundados. Vejamos brevemente o que a geografia tem oferecido como análise.

Circunscritas, por exemplo, na concepção de redes, o território passa a ser tomado como cruzamento de linhas, cujos pontos de intersecção formam nós, denominados lugares. Os Estados nacionais são abordados como unidades administrativas caracterizadas porquanto maior ou menor permissividade em face ao solicitado por parte do capital. Por sua vez, as regiões reduzem-se a um arranjo erigido pela presença daqueles fatores, pertinentes ao requerido. Dessa forma, as categorias geográficas como expressão no plano do conhecimento das realidades a que se dirigem, deixam escapar as características do momento atual da economia mundial. Mais que isso, o teor dos conteúdos a que se referem perdem os sujeitos que lhes proporcionam movimento e substância. Devemos ter cautela quanto ao exercício de nossas análises, isto é, como expressão própria à reprodução da vida diária, na busca por elucidar os elementos particulares dessa dita racionalidade.

Contrapondo essa abordagem tomemos àquela que Milton Santos desenvolveu em seu “A Natureza do Espaço”. Nele, o caráter de racionalidade não sucumbe à decomposição da realidade geográfica em economia, política, recursos financeiros, instituições bancárias e assim por diante. Distante disso, o autor remete à materialização de uma configuração espaço-temporal que se espalha e absorve a todos, por meio de paradigmas dados pelo que denomina de ordem técnica dessa racionalidade. Notemos:

“(…) constitui o suporte das principais ações globalizadas (…) como esse resultado se deve ao papel das técnicas do mundo de hoje na revolução planetária atual. Presente em todos os aspectos da vida, essa técnica constitui em si mesma, uma ordem, a ordem técnica sobre a qual assenta uma ordem social planetária e da qual é inseparável, criando juntas, novas relações entre o “espaço” e o “tempo”, agora unificados sob bases empíricas”. (SANTOS, 2001, p. 331)

De sorte, a globalização entendida como irrefutável mas inconclusa traz a liberalização ampla do intercâmbio intracorporativo, em meio à desregulamentação financeira e das regras do trabalho, a fim de facilitar e arraigar a ação dos capitais transnacionais de quaisquer ordens: produtiva, bancária, especulativa, mercantil. As idéias de fronteira, autonomia decisória ou de soberania, benefícios exclusivamente pontuais, foram substituídas, pelas atividades transfronteiriças, que envolvem alianças internacionais e cooperação entre empresas estrangeiras, com alto grau de coordenação e de diversificação, para que se deem implantações localmente vantajosas, a todas as frações do capital.

Nesse momento, convém aqui resgatar um fato já mencionado: a importância atingida pelos investimentos internacionais que se referem às demais atividades produtivas. Ultrapassando em suas estimativas (Chesnais), suas repercussões e resultados tornam-se ainda mais agudos ao comporem eles mesmos o conteúdo que nutre a generosamente chamada, racionalidade do novo modelo.

“Em 1993, só a liquidez concentrada nas mãos dos fundos mútuos de investimentos, companhias de seguro e fundos de pensão atingia 126% do PIB dos EUA e 165% do PIB do Reino Unido. No mesmo ano, as administradoras americanas e européias desses fundos (menos de 500, as que realmente interessam) concentravam em suas mãos, sem contar os bancos e fundos japoneses, 8 trilhões de dólares”. (CHESNAIS, 1996, p. 29)

Entretanto o que nos ocupa, são os desfechos de tais estratégias, ou seja, aqueles aspectos pretéritos no formato da geografia remanescente. Passemos a eles.

## **2 DESLOCAMENTO FABRILE SETORIAL, DESTERRITORIALIZAÇÃO INDUSTRIAL, DESINDUSTRIALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO, DESCONCENTRAÇÃO, FRAGMENTAÇÃO DECISÓRIA E PRODUTIVA. ALGUNS ESCLARECIMENTOS.**

Dentro de todas essas alterações, a (des) organização do trabalho ganhou dimensões inauditas. Ainda que determinada pelos objetivos da acumulação privada do capital vemos que os caminhos tomados se distinguem daqueles de outrora. Uma vez que sofisticada e aprofunda os mecanismos de exploração da força de trabalho, acaba por burlar a densidade do problema. Tais mecanismos, por repercutirem na esfera da vida cotidiana como um todo e não somente naquela restrita ao trabalho, constroem uma geografia que dissipa a quem deva se dirigir os ultimatoss e desagravos dos trabalhadores quanto à condição excessiva de sua própria espoliação. No limite, não há como no passado, a figura do patrão ou do líder a quem deva se dirigir. De outro lado, a perda de instrumentos legítimos capazes de advogar e interditar em prol de seus interesses, reforça esse estado desguarnecido resultante da saturação dos moldes anteriores de reivindicações.

Os movimentos sociais, os sindicatos, os partidos, enfim as iniciativas e instituições constituídas com o propósito de dar voz àquela classe, destituíram-se de conteúdo.

Discussões cuja amplitude ultrapassasse a questão dos ganhos salariais foram suprimidas. Esvaziaram-se porque não mais representam a quem se propuseram representar, tampouco abrem perspectivas coletivas de reflexão e de participação ao menos para redirecionar a evolução do que está em curso.

Essas condições de trabalho forjadas pela flexibilização se travestem de benefícios e/ou de mudanças irrevogáveis justificadas em si mesmas pelo fato de terem se tornado incidentes em qualquer parte do mundo. Sacrifícios sociais pulverizados numa nomenclatura imprecisa, conduzem intensamente à reprodução dos indivíduos, através das geografias que o capital desenha e delimita. Vão se erguendo pouco a pouco, o endosso dessas regras, e, a cidade, em sua aparente caoticidade representa um desses endossos.

Trabalhador autônomo, contrato de experiência, ganhos futuros de salários, participação nos lucros empresariais, bilhetes de alimentação ou de circulação, eis o que representa a desregulamentação.

“De resto, para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado”. (CHESNAIS, 1996, p. 25)

Vejamos. O caráter autônomo mencionado torna-se sinônimo de instabilidade porque sob responsabilidade única e exclusiva da vontade e das necessidades do empregador; ao que se soma um contrato provisório como a ameaça contínua de requerer substituição renovada da força de trabalho, causando para esta um transtorno físico e moral ainda mais profundo. A elevação dos níveis salariais através de benefícios é artificial porque não comporta o custo de vida na mesma medida que não são incorporados ao montante salarial. De forma semelhante, a participação nos lucros funciona como instrumento que intensifica a competição entre trabalhadores e em seguida, a desmobilização coletiva. Por fim, ainda dentro dessa lógica dos benefícios, os vales compras condicionam os recintos comerciais a que têm acesso porque não representam pagamento em espécie, assim como tíquetes transportes desenharam os trajetos a percorrer em função da relação entre intervalo de tempo que recobrem e destino.

Essa nos parece uma versão possível do conteúdo que diz respeito aos imperativos postos pela adaptação produtiva anunciada pelo toyotismo. Talvez seja a tradução mais próxima do caráter perverso das desregulamentações, alardeadas como indispensáveis aos novos tempos. Vemos que os diversos níveis da reprodução social vão sendo sorvidos, atingindo em cheio a cotidianidade que os sujeitos alinhavam e reproduzem.

Uma rápida apreciação sobre os vínculos empregatícios faz concluir a inadequação que representa em face de uma suposta melhoria na qualidade de vida, tantas vezes usada como argumento para defender a aplicação de mudanças aspiradas pelas frações do capital. Assistimos a ratificação das circunstâncias de expropriação e de espoliação, distanciando uma vez mais, de uma condição social de menor violência, mesmo que inserida nessa realidade segmentada em classes.

A adulteração das normas e aparatos produtivos tomados como inerentes e irreversíveis à reprodução geral das formações sociais, demonstram mais uma vez, sua naturalização e, por conseguinte, o desantropomorfismo da relação sociedade-meio, em função da acumulação ampliada de capital. Como no passado, os produtos ora fabricados carregam um conjunto complexo de comportamentos, valorações, significações, que demonstram a alienação em suas formas de ser: a alienação do indivíduo de si mesmo, do

outro indivíduo, da sociedade e da natureza. Ora, esta propriedade não data dos tempos atuais. Marx já alertara à fetichização das mercadorias e a coisificação das relações humanas que se aprofundariam a partir da apropriação privada dos meios produtivos.

Entretanto, a prescrição que envolve os termos de trabalho até então desenvolvidos, permitem reafirmar que tais adaptações produtivas perpassam a subjetividade daqueles a quem submete, por meio do jugo ameaçador do desemprego e as imposições das corporações e de suas intensas exigências quanto ao padrão de comportamento impetrado aos lugares que escolhem.

Temos que, os reais beneficiários das prerrogativas trazidas pelas inovações tecnológicas foram sem dúvida os empreendimentos privados, que tiveram papel definitivo na aceitabilidade da denominada globalização, versando claramente sobre o cotidiano. Este dado pode ser confirmado no alastramento da informatização que, ao se generalizar, incorporou serviços que seguramente tiveram seus ritmos e durações alteradas, ao mesmo tempo prescindindo de tarefas e de ofícios desempenhados anteriormente pela força de trabalho. Ou seja, a telemática redistribuiu a força de trabalho sem, no entanto, recolocá-la no mercado de trabalho a partir da supressão de atividades e funções.

Essa aplicação possibilitou a redução da quantidade de mão-de-obra empregada, e convergiu mais fluidamente, as informações necessárias ao controle de operações, como quanto à deslocalização de serviços estendendo a terceirização a partir da mais ampla fragmentação e polivalência do trabalho em favor da acumulação no contexto de queda tendencial de remuneração dos capitais em suas taxas de lucro.

Essas medidas traçadas são artifícios que pretendem transferir os custos produtivos para fora das unidades fabris. Isso significa contornar a queda nos lucros sem danificar outras faces da produção, em função dos riscos prováveis às suas respectivas capacidades de valorização. Dilemas do mundo contemporâneo cujos desfechos ainda carecem de avaliação.

### **3 OS ANOS 90: AS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS NO SENTIDO REGIONAL DO ABC PAULISTA**

Colocadas frente à frente as acepções regionais dentro da geografia brasileira e as dinâmicas de formação e mudanças por que passaram RMSP e ABC Paulista, usaremos a ideia de Cidade-Região em sua adequação e contundência para designar tais realidades.

Se validarmos a metodologia adotada hegemonicamente pela escola francesa e que pautou a brasileira, o critério definido pela característica única permitiria tomá-las como regiões na medida em que constituem o receptáculo da indústria automotiva e, porquanto formada pelo desenvolvimento e ampliação de uma gama de fábricas, direta ou indiretamente atreladas a esse setor.

Temos, portanto, como núcleo definidor de seus contornos regionais essa atividade produtiva, ou seja, a indústria como fundamento de individuação, de certa forma responsável pela projeção destes municípios em uma única unidade territorial no âmbito nacional e internacional. Isto porque a partir da implantação do grande capital nos anos 50, o ABC paulista desponta como referência de dinamicidade econômica atraindo no âmbito dos demais continentes, empresas interessadas em ampliar investimentos e capacidade de acumulação.

Nesse sentido, região enquanto categoria geográfica que indica uma processualidade particular surge desde a implantação fabril até as ulteriores dinâmicas que levaram a frente suas possibilidades de permanência. Em verdade o termo região aí empregado, sugere a síntese da contigüidade entre atividades produtivas correlacionadas e reciprocamente condicionantes, onde a divisão territorial do trabalho fornece suas coordenadas.

“A expressão região do ABC nasceu no início dos anos 50 e foi popularizada pelo semanário, depois diário, “Folha do Povo”. (...) A expressão Grande ABC foi publicada pela primeira vez no semanário News Seller, hoje Diário do Grande ABC, em 2 de julho de 1967.” (LONGO, 2002, p. 50 apud ALMEIDA, 2008)

Naquela ocasião, estavam em curso as perspectivas de desenvolvimento econômico nacional que incluíam o aval positivo diante à abertura do mercado brasileiro ao setor automotivo, por sua vez, instalado e concentrado na Grande São Paulo e especialmente no município de São Bernardo do Campo:

“O berço da indústria automobilística em São Bernardo começou a ser delineado em 1948, com o início efetivo da produção das primeiras montadoras, a Companhia Distribuidora Brasmotor e a Varam Motores (...). Ao pedir licença de funcionamento em abril de 1948, a Brasmotor identificava a natureza de seu negócio: ‘Fábrica de montagem de automóveis e caminhões(...)’. A Varam solicitou licença de funcionamento em junho de 1948 e instalou também uma bomba de gasolina para o abastecimento de seus veículos.” (LONGO, 2002, p. 43 apud ALMEIDA, 2008)

Mesmo que a cartografia produzida oficialmente não tenha endossado a cisão entre ABC Paulista e Grande São Paulo, tantas vezes pronunciada por agentes da política local, este recorte consta nas abordagens das seções de cadastro e estatística ligadas às prefeituras. A título de exemplo, o texto introdutório ao conjunto de tabelas inventariadas com o objetivo de construir o perfil do abastecimento e da distribuição de energia no município de São Bernardo, e o papel desempenhado pela companhia Light, pode depor a favor desse dado:

“Abastecimento da Região “ABC” (...) exigiu que se prolongasse a linha de transmissão para os municípios vizinhos (...) A indústria automobilística, que foi instalada no país a partir de 1956, deu preferência a esta região (...)”. (Subsídios Estatísticos I - Depto. De Topografia e Cadastro 1970, p. 39 apud ALMEIDA, 2008)

Nesse patamar operativo apresenta-se a leitura geográfica do ABC, indicando a adesão aos termos veiculados pela atuação política e subentendidas a ela estão as propriedades de contiguidade, localização e distância, legitimando-a como comento geográfico e regional.

Entretanto, dentro do contexto de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, e, especialmente, no início até meados dos anos 70, passavam a vigorar com maior intensidade as transformações quanto aos meios de transportes e de comunicações, invadindo e subvertendo a ordem das antigas territorialidades e recolocando sua função e posição no quadro internacionalizado da produção.

Portanto, entender a geografia do ABC paulista significa reformular no plano conceitual, sua definição. Se a ciência geográfica tem por incumbência apreender e trazer para o campo do conhecimento e da reflexão científica as mudanças que testemunha, será igualmente necessário redefinir a categorização de que se vale. E, ainda, ter cautela com o fato de que, ao abordar as conformações regionais em que a tônica repouse sobre as dinâmicas vinculadas às atividades urbanas e industriais, a reconstrução das relações entre sociedade e meio muitas vezes subsumem-se em expressões como fluxos, nós,

redes obliterando os agentes históricos das geografias em processo. Em outras palavras, obviamente que as relações econômicas por serem fundantes às territorialidades devem compor o quadro de análise geográfica. No entanto essas mesmas relações não se realizam sem indivíduos por quanto constituem as diferentes classes. Donde a importância de um esforço na direção de averiguar nos estudos regionais, “(...) de como determinados contextos influenciam a maneira pela qual tipos particulares de pessoas recebem, negociam e são formadas por significados.” (TRIFT apud GREGORY et al., 1986, p. 242)

Assim sendo, tomar a realidade do “Grande ABC”, a partir da saída de fábricas que tradicionalmente o caracterizava como unidade de municipalidades traz consigo um quadro onde os indivíduos ali absorvidos ressentem-se frente ao conjunto de mudanças marcado pela migração de unidades fabris e, portanto, de uma perda significativa de vagas de trabalho. A partir da metade da década de 90 e especificamente em 1995, a remoção do capital transnacional surge como tema de destaque entre lideranças políticas e pela imprensa local e nacional.

Para o grande público o fenômeno da elevação do desemprego através da migração de parte das plantas fabris localizadas no ABC apresenta-se, pela voz da imprensa, como o nefasto resultado do alto grau de organização dos trabalhadores e de cujas consequências não seriam poupados. Apresenta-se, para o senso comum reproduzido pela imprensa, como o ônus pago por sua própria integração, responsabilizando-o pela ação demissionária por parte do capital privado.<sup>4</sup> Situação complexa de destrinchar porque envolve aquilatar os vínculos políticos, econômicos e ideológicos entre imprensa, capital privado de grande porte e movimento sindical que não iremos aqui desenvolver.

Ao revisitarmos o período que corresponde a inserção do processo produtivo proposto pelo Toyotismo podemos agora assegurar que este não se completou. Recentemente, testemunhamos a decisão, por parte da direção do capital automotivo da Ford e Volkswagen em deixar o município de São Bernardo do Campo pelas mesmas razões de outrora, obtendo respostas as mais passivas como a tentativa de negociações e de menos ou nenhuma resistência se comparadas ao passado. Esse fato indica a complexidade desse momento em que ressalta aos olhos a imobilidade política dos trabalhadores fabris (e, em geral), o papel adestrador assumido pelos sindicatos, o punho forte das iniciativas privadas traçando um perfil perigosamente afeito ao aprofundamento da espoliação e acirramento das condições de trabalho previstas e coadunadas com as perspectivas elaboradas pelo Estado Brasileiro de que o atual governo é porta voz.

## NOTAS

2 Para tanto, consultar Carlos Marx “El Capital” libro II Fundo de Cultura.

3 Com este trabalho não tínhamos em mente qualquer menção específica ou estudo comparativo de casos.

4 É possível verificar essa visão nos artigos da revista “Livre Mercado” e no jornal da qual faz parte o “Diário do Grande ABC”, que correspondem a passagem dos anos 90 para a década de 2000, marco resultante das mudanças produtivas implementadas pela indústria localizada no ABC Paulista. Temos: LIMA, D. e MAROCCIA, M. “Grande ABC tem futuro?”, 1997 ou, das mesmas autoras, “Números que recomendam muita cautela, 1999”; ainda, a reportagem de capa de 1998 “Pólo em Xequê”. Na mesma revista; GUAZZELLI, V. “Turismo marca mais quatro anos”, 2001 ou GUELTA, R. “A Grande noite do Capital Social”. No jornal os artigos “Fórum da cidadania pode acabar”, 2001 ou “Golpe na cidadania” ambos de Maurício Klai. Fora da imprensa local temos o jornal “O Estado de São Paulo” e a “Gazeta Mercantil” como ilustrações.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. C. T. de. **O grande ABC paulista: o fetichismo da região**. 2008. 336 f. Tese (Doutorado em Geografia). – Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2008.
- ANDERSON, P. et al. **Pós-neoliberalismo: as políticas e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CHENAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- GREGORY, D. et al. (orgs.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

## REFERÊNCIA CONSULTADA

- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- FERRARI, T. **Fabrilização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo: Terceira Margem, 2005.
- GAIARSA, O. A. **A cidade que dormiu três séculos**. Santo André: Prefeitura de Santo André, 1968.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.
- HELLER, Á. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1991.
- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.
- MAGNANO, A. A. A Divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 4, p. 66-92, 1995
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- NEGRO, A. L. **Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- OLIVEIRA, F. de A. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Brasiliense, 1976.